

O uso da internet como instrumento de transparência pelos vereadores de São Paulo¹

Ivone Ananias dos Santos ROCHA²

Cristina SCHMIDT³

Universidade de Mogi das Cruzes, SP

Resumo

Este trabalho traz o resultado de uma pesquisa desenvolvida a partir as *homepages* dos sites dos vereadores de São Paulo, na qual considera os critérios: Transparência; e Participação e Responsividade, cujos termos são contextualizados aqui e constituem conceitos que fundamentam a análise. Com relação à transparência, foram consideradas informações como: filiação partidária, projetos, ações, área de atuação, biografia, prestação de contas e contatos. Quanto ao critério Participação e Responsividade, a pesquisa buscou analisar como cada site oferece os seguintes quesitos: espaço para colaboração dos eleitores, serviço de utilidade pública, uso e divulgação das redes sociais Facebook, Twitter, YouTube e Google+. A escolha desses critérios está em consonância com as oportunidades de interação, participação e colaborativismo que a web 2.0 oferece.

Palavras-chave: Mídia digital; vereadores de São Paulo; participação política, Comunicação Pública; Políticas Públicas.

Texto do trabalho

Este artigo tem como base uma pesquisa nas *homepages* dos sites dos vereadores de São Paulo para compreender como se dá a comunicação entre eles e os cidadãos. São estabelecidos dois critérios, Transparência; e Participação e Responsividade. O primeiro considera informações básicas para o eleitor, como o partido ao qual o parlamentar faz parte, projetos de sua autoria, ações que desenvolve no Parlamento, área de atuação, biografia, prestação de contas de seu mandato e canal de contato. O segundo – Participação e Responsividade – compreende os requisitos de espaço visível no site destinado à

¹ Trabalho apresentado no GP Política e Estratégias de Comunicação (DT 8 – Estudos Interdisciplinares), XV Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação

² Mestre em Políticas Públicas pela Universidade de Mogi das Cruzes (UMC), email: ivoneasr@gmail.com

³ Orientadora do trabalho. Professora do Curso de Políticas Públicas da Universidade de Mogi das Cruzes (UMC), email: cris_schmidt@uol.com.br

participação dos eleitores, disponibilização de serviço de utilidade pública e divulgação das redes sociais que o parlamentar participa.

O estudo dessa relação entre parlamentar e cidadão está fundamentado na comunicação pública, que, para compreendê-la, faz-se necessário um entendimento do processo político brasileiro. Para isso, a análise levou em conta um longo período, que começa em 1500, com a colonização portuguesa, passa pela independência do Brasil, em 1822, e vai até os dias atuais.

O processo político de nosso país, segundo José Murilo de Carvalho (2002) em sua obra *A Cidadania no Brasil – Um Longo Caminho*, considera ainda a abolição da escravidão, em 1888; o fim da Primeira República, em 1930; a Revolução Constitucionalista de 1932; a criação do Estado Novo em 1937 por Getúlio Vargas; o período de ditadura até 1945 e uma fase em que se viveu em democracia, de 1946 a 1964. Depois, houve a retomada da ditadura militar até 1984; e por último, o período de 1984 para cá, marcado, sobretudo por duas grandes mobilizações populares: o movimento pelas diretas já, em abril de 1984 e os protestos nas ruas, deflagrados pelo Movimento Passe Livre (MPL), em junho de 2013.

Comunicação Pública

A Comunicação pública, que está contemplada no artigo 23⁴ da Constituição Federal, é discutida por Brandão (2009) sob cinco áreas de conhecimento. A primeira, organizacional ou corporativa, trata da comunicação de forma estratégica e planejada, com foco em diversos públicos para a construção de uma identidade e de uma imagem. A segunda, comunicação científica, visa a criação de canais de integração da ciência com o cotidiano das pessoas, tentando responder questões sobre natureza, sociedade e seu semelhante. A terceira versa sobre governo, associações de classe e o terceiro setor e objetiva estabelecer um canal e um fluxo de informação entre Estado e sociedade. A quarta área de conhecimento é a comunicação política, “conhecida por mídia e política ou mídia e poder, que está [...] em verdadeira simbiose com os cenários político, econômico e social, na medida em que a vida na sociedade contemporânea também está, a cada dia, mais ‘mediada’ pela comunicação.” (BRANDÃO, 2009, p. 8). A última área refere-se às

⁴ <http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10638993/artigo-23-da-constituicao-federal-de-1988>

estratégias da comunicação da sociedade civil organizada, sejam movimentos sociais ou terceiro setor, para se comunicar com seus públicos.

Na visão de Bobbio (1998) a comunicação política e seu conjunto de mensagens oferecem respostas para a formação de demandas de processos de conversão, orientadas sob as perspectivas: da escola estrutural-funcionalista, que trata a comunicação como importante porém não essencial para a compreensão dos processos políticos; dos autores que aplicam modelos cibernéticos ao estudo da política tornando a comunicação fator decisivo em suas teorias; e do ponto de vista das pesquisas sociolinguísticas e da sociologia das comunicações de massa. (BOBBIO, 1998, p. 210)

A comunicação política, do ponto de vista de governos democráticos, deve considerar a construção da cidadania e a própria democracia. A cidadania, como definida por Marshall (1967) se baseia em três estados de direito: 1. direitos civis, o de livre expressão, de organização, de locomoção sem restrição indevida e de tratamento igual perante a lei; 2. direitos políticos, o de votar e disputar cargos em eleições livres; e 3. direitos socioeconômicos, o de bem estar e segurança social, e o de se sindicalizar, participar de reuniões coletivas e empregar-se em algum trabalho.

A democracia, outro atributo que depende da comunicação para ser disseminada, é uma forma de organização política por membros de determinada comunidade com direitos iguais de participação direta ou indireta em temas de interesses políticos e sociais. Guillermo O'Donnell (1999) entende que a democracia colocou importantes desafios ao estudo comparativo dos regimes políticos, aos países emergentes. Bobbio (2000) define democracia como “o único modo de tornar possível o exercício da soberania popular”.

Método

O método utilizado foi o exploratório, com a coleta de dados nos sites dos 55 vereadores de São Paulo, tendo como base dois critérios: transparência e participação e responsividade. A pesquisa foi desenvolvida no período de 9 a 14 de novembro de 2014 e considerou as informações obtidas nas *homepages* das páginas web.

No critério transparência, foram considerados os quesitos: **partido político** do parlamentar; **projetos** de sua autoria; **ações** de seu mandato; **área de atuação**, como saúde, transportes, moradia, entre outras; **biografia**, seu perfil, experiência profissional, história de vida; **prestação de contas**; e **contatos**, uma área para o eleitor enviar perguntas e comentários à equipe do mandato. A elaboração desse critério tem base na pesquisa do Ibope (agosto, 2010), que aponta as propostas do candidato como o item mais importante na escolha feita pelo eleitor (53%). Em segundo lugar, aparecem a comunidade a qual político pertence e sua família (21%). E em terceiro, a experiência adquirida pelo candidato.

O segundo critério – participação e responsividade – está relacionado ao espaço dado pelo parlamentar ao cidadão em seu site, no sentido de colaborar com sua gestão, tendo assim a oportunidade de exercer seu direito de cidadania.

Resultados

Os resultados trazem as formas de utilização dos websites pelos vereadores de São Paulo como instrumentos de comunicação com os eleitores. Os dados foram coletados a partir dos critérios de transparência política e participação e responsividade.

Transparência política, na visão de Jorge Duarte (2007)⁵, é um dos eixos da comunicação pública e refere-se ao comprometimento social e à responsabilidade com questões de ordem pública, “incluindo a oferta de informações, estímulo ao acesso, facilitação da fiscalização e a prestação de contas. Implica, também, a noção de assumir ferozmente a incorporação de valores éticos por todos os agentes públicos envolvidos”. Governos transparentes desempenham melhor suas funções, pois ampliam as informações, o que possibilita um mercado político com menos corrupção e mais eficiência. “Dessa maneira, o conceito de transparência se liga ao problema da economia da informação, em que o cidadão é visto como um investidor e consumidor de bens públicos”, justifica Filgueiras (2011, p. 8).

Participação e responsividade são termos relacionados aos eixos da comunicação pública, apresentados por Duarte (2011), quais sejam: transparência, acesso, interação e ouvidoria social. Com isso, a sociedade pode opinar, fiscalizar e ter voz nas ações públicas, para que

⁵ <http://www.jforni.jor.br/forni/files/ComP%C3%BAblicaJDuartevf.pdf>

essas se adequem aos perfis de cada segmento social e não o contrário. A responsividade, nesse contexto, tem uma relação próxima com a interação e, desta forma, com a disponibilidade dos mecanismos de comunicação, a fim de que haja a contrapartida, ou seja, com direitos iguais de oportunidade e de participação.

Ao todo, são 55 legisladores que compõem o Parlamento Municipal, conforme tabela abaixo:

Quadro 3 – Lista de nomes dos 55 vereadores de São Paulo

Nome do vereador	Partido	Endereço do site
<u>Abou Anni</u>	<u>PV</u>	http://www.abouanni.com.br/
<u>Adilson Amadeu</u>	<u>PTB</u>	http://www.adilsonamadeu.com.br/
<u>Alfredinho</u>	<u>PT</u>	http://www.alfredinhopt.com.br/
<u>Andrea Matarazzo</u>	<u>PSDB</u>	http://www.andreamatarazzo.com.br/
<u>Coronel Camilo (PSD)</u>	<u>PSD</u>	http://www.coronelcamilo.com.br/
<u>Ari Friedenbach</u>	<u>PROS</u>	http://arifriedenbach.com.br/
<u>Arselino Tatto</u>	<u>PT</u>	http://www.arselino-tatto.com.br/
<u>Atílio Francisco</u>	<u>PRB</u>	http://atiliofrancisco.com.br/
<u>Aurelio Miguel</u>	<u>PR</u>	http://www.aureliomiguel.com.br/
<u>Aurélio Nomura</u>	<u>PSDB</u>	http://www.aurelionomura.com.br/capa2.0/
<u>Calvo</u>	<u>PMDB</u>	http://drrubenscalvo.com.br/
<u>Celso Jatene</u>	<u>PTB</u>	http://www.celsojatene.com.br/
<u>Claudinho de Souza</u>	<u>PSDB</u>	http://www.vereadorclaudinho.com.br/
<u>Conte Lopes</u>	<u>PTB</u>	http://www.contelopes.com/
<u>Coronel Telhada</u>	<u>PSDB</u>	http://coroneltelhada.com.br/
<u>Dalton Silvano</u>	<u>PV</u>	http://www.daltonsilvano.com.br/site/
<u>David Soares</u>	<u>PSD</u>	http://www.vereadordavidsorares.com.br
<u>Donato</u>	<u>PT</u>	http://donatopt.com.br/
<u>Edir Sales</u>	<u>PSD</u>	http://edirsales.com.br/site/
<u>Eduardo Tuma</u>	<u>PSDB</u>	http://www.eduardotuma.com.br/site/home.php
<u>Eliseu Gabriel</u>	<u>PSB</u>	http://www.eliseugabriel.com.br/novo/
<u>Floriano Pesaro</u>	<u>PSDB</u>	http://www.florianopesaro.com.br/vereador/
<u>George Hato</u>	<u>PMDB</u>	http://georgehato.com.br/
<u>Gilson Barreto</u>	<u>PSDB</u>	http://www.gilsonbarreto.com.br/
<u>Goulart</u>	<u>PSD</u>	http://www.vereadorgoulart.com.br/
<u>Jair Tatto</u>	<u>PT</u>	http://www.jairtatto.com.br/
<u>Jean Madeira</u>	<u>PRB</u>	http://www.vereadorjeanmadeira.com.br/
<u>José Américo</u>	<u>PT</u>	não tem site
<u>José Police Neto</u>	<u>PSD</u>	http://www.josepoliceneto.com.br/
<u>Juliana Cardoso</u>	<u>PT</u>	http://www.julianacardosopt.com.br/
<u>Laércio Benko</u>	<u>PHS</u>	http://www.laercibenko.com.br/

<u>Marco Aurélio Cunha</u>	<u>PSD</u>	http://www.marcoareliocunha.com.br/
<u>Mario Covas Neto</u>	<u>PSDB</u>	http://www.mariocovasneto.com.br/
<u>Marta Costa</u>	<u>PSD</u>	http://martacosta.com.br/
<u>Milton Leite</u>	<u>DEM</u>	http://www.familiamiltonleite.com.br/
<u>Nabil Bonduki</u>	<u>PT</u>	http://cidadeaberta.org.br/
<u>Natalini</u>	<u>PV</u>	http://vereadornatalini.com.br/
<u>Nelo Rodolfo</u>	<u>PMDB</u>	http://www.nelodolfo.com.br/index.html
<u>Netinho de Paula</u>	<u>PCdoB</u>	http://www.netinhodepaula.com.br/Home
<u>Noemi Nonato</u>	<u>PROS</u>	não tem site
<u>Ota</u>	<u>PROS</u>	http://www.vereadorota.com.br/
<u>Patrícia Bezerra</u>	<u>PSDB</u>	http://www.patriciabezerra.com.br/index.php
<u>Paulo Fiorilo</u>	<u>PT</u>	http://paulofiorilo.com.br/
<u>Paulo Frange</u>	<u>PTB</u>	http://www.paulofrange.com.br/index.html
<u>Pr. Edemilson Chaves</u>	<u>PP</u>	http://www.pastoredemilsonchaves.com.br/
<u>Reis</u>	<u>PT</u>	não tem site
<u>Ricardo Nunes</u>	<u>PMDB</u>	http://www.ricardonunes.net.br/default.asp
<u>Ricardo Young</u>	<u>PPS</u>	http://www.ricardoyoung.com.br/
<u>Roberto Tripoli</u>	<u>PV</u>	http://www.robertotripoli.com.br/site/
<u>Sandra Tadeu</u>	<u>DEM</u>	http://www.sandratadeu.com.br/
<u>Senival Moura</u>	<u>PT</u>	não tem site
<u>Souza Santos</u>	<u>PSD</u>	http://souzasantos.com.br/
<u>Toninho Paiva</u>	<u>PR</u>	http://www.toninhopaiva.com.br/
<u>Toninho Vespoli</u>	<u>PSOL</u>	http://toninhovespoli.net.br/
<u>Vavá</u>	<u>PT</u>	http://www.vavadotransporte.com.br/

Quadro 4 – Vereadores que não têm sites disponíveis na web

Nome do vereador	Partido	Site
Atílio Francisco	PRB	site em manutenção
Claudinho de Souza	PSDB	site em desenvolvimento
David Soares	PSD	página do site não abre
George Hato	PMDB	site em manutenção
José Américo	PT	não foi encontrado endereço do site
Milton Leite	DEM	Não tem site individual. Só o da família
Noemi Nonato	PROS	não foi encontrado endereço do site
Reis	PT	não foi encontrado endereço do site
Senival Moura	PT	não foi encontrado endereço do site
Toninho Paiva	PR	site em desenvolvimento

A pesquisa considerou os *labels*⁶ relacionados à transparência e participação e responsividade disponíveis na *homepage* (primeira página do site), por entender que o cidadão que busca conhecer o parlamentar ingressa primeiramente na página inicial do site. Ele chega a essa URL⁷ tanto pelo site da Câmara Municipal de São Paulo quanto pelos sites de busca, quando digita o nome do parlamentar.

Dados sobre o critério transparência

a) **Partido** - Por entender que sem um partido político um candidato não consegue registrar sua candidatura e, portanto, fica impossibilitado de participar do processo eleitoral, esse foi o primeiro quesito analisado. Define-se partido político como:

[...] uma organização burocrática que visa a conquistar e exercer o poder político. A legitimidade dos partidos está em desenvolver essa busca pelo poder como representantes de uma ideologia que expressa os interesses de um grupo social ou de parte dele. O formato atual dos partidos políticos surgiu na Europa e nos Estados Unidos durante o século 19, moldado pelos sistemas eleitorais e parlamentares desenvolvidos desde então. (site How Stuff Works⁸)

A Constituição Federal brasileira, em seus artigos 17 e 14, § 3º, inciso V, dispõe de dispositivos que tratam da formação, composição e funcionamento dos partidos políticos. Eles são regulamentados pela Lei 9096, de 19 de setembro de 1995⁹.

O resultado, conforme demonstra o quadro 5, é que dos 45 sites analisados, 25 informam quais são seus partidos políticos e 20 não informam na *homepage*.

Quadro 5 – Divulgação do partido

Índice de vereadores que divulgam os partidos políticos, aos quais pertencem, em seu site			
Sim / percentual		Não / percentual	
25	55%	20	45%

⁶ *Labels* são rótulos utilizados em sistemas de arquitetura de informação e de otimização para facilitar a navegabilidade do site, visualização dos links de acesso às páginas internas e para que ele seja encontrado sem dificuldade por ferramentas web de busca.

⁷ URL (Uniform Resource Locator) é o endereço pelo qual é possível acessar um determinado site.

⁸ How Stuff Works disponível em: <http://pessoas.hsw.uol.com.br/partido-politico.htm> Acessado em 15/11/2014

⁹ Lei 9096, de 19 de setembro de 1995, disponível em <http://www.tse.jus.br/legislacao/codigo-eleitoral/lei-dos-partidos-politicos/lei-dos-partidos-politicos-lei-nb0-9.096-de-19-de-setembro-de-1995>. Acessado em 15/11/2014

b) Projetos - A produção de projetos de lei é uma das principais atribuições dos parlamentares brasileiros, as outras são a de acompanhamento e fiscalização do executivo, participação em comissões de trabalho ou parlamentar de inquérito, participação em votações nominais, acompanhamento das necessidades dos cidadãos em suas respectivas comunidades (que são suas bases de apoio). Um projeto de lei é uma proposta normativa sujeita à deliberação de um órgão legislativo. Os projetos passam por análise em comissões de trabalho e aprovação tanto pelo Parlamento quanto pelo Poder Executivo.

Como se comprova abaixo, em 80% dos sites (36) há a divulgação dos projetos criados e protocolados, o que não significa que todos foram aprovados e sancionados.

Quadro 6 - Divulgação de Projetos

Índice de vereadores que divulgam projetos de sua autoria em seus sites			
Sim / percentual		Não / percentual	
36	80%	9	20%

c) Ações - Atividades em geral dos parlamentares. São as que eles divulgam em forma de notícias em seus sites. Incluem desde a forma como defendem determinados temas no Legislativo até a presença nas comunidades.

Embora 100% dos sites contemplem a divulgação das ações, há os que ocupam seus espaços mais com notícias do partido e informações das ações do Executivo, como é o caso dos vereadores Alfredinho, Arselino Tatto e Vavá, todos do PT.

d) Área de atuação - Aqui o eleitor toma conhecimento do foco de atuação do vereador e fica sabendo a quem cobrar ou obter informação sobre determinado assunto. As comissões de trabalho são importantes sinalizadores nesse sentido. Na Câmara Municipal de São Paulo, por exemplo, são sete comissões, chamadas de permanentes: 1ª Constituição e Justiça; 2ª Finanças, Orçamento e Legislação Participativa; 3ª Comissão de Administração Pública; 4ª Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente; 5ª Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher; 6ª Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia; e 7ª Educação, Cultura e Esportes. Os vereadores são obrigados a participar de pelo menos uma comissão. Eles participam de acordo com sua área de atuação.

Dos 45 sites analisados, apenas oito vereadores informam suas áreas de atuação.

Quadro 7 – Divulgação da área de atuação

Índice de vereadores que divulgam em seus sites suas áreas de atuação			
Sim / percentual		Não / percentual	
8	18%	37	82%

Vereadores que divulgam suas áreas de atuação:

- Coronel Camilo - Segurança
- Eduardo Tuma - Meio ambiente, criança e adolescente e segurança pública
- Eliseu Gabriel - Educação
- Gilberto Natalini – Meio ambiente e vida saudável.
- Vereador Ota – Justiça social
- Paulo Frange – Saúde.
- Roberto Trípoli – Proteção dos animais
- Vereador Vavá – Transporte público

e) **Biografia** - Perfil profissional, pessoal, formação intelectual, história de vida e objetivos são itens necessários para o eleitor identificar o político quem tem mais relação com seus propósitos.

Quadro 8 – Divulgação da biografia

Índice de vereadores que divulgam suas biografias em seus sites			
Sim / percentual		Não / percentual	
39	87%	6	13%

f) **Prestação de contas** - Além do salário de R\$ 15.031,00, cada vereador tem uma verba mensal de R\$ 84,4 mil para contratação de até 18 assessores, mais R\$ 15,3 mil para custear despesas com gráfica, correio, telefone e combustíveis. A destinação desses gastos poderia estar de forma visível nos respectivos sites dos parlamentares, como demonstração de transparência de seus mandatos.

Quadro 9 – Divulgação da prestação de contas

Índice de vereadores que divulgam prestação de contas de seus mandatos em seus sites			
Sim / percentual		Não / percentual	
29	64%	16	36%

g) Contatos - Este campo refere-se à destinação de uma área no site para que o eleitor possa entrar em contato com o parlamentar.

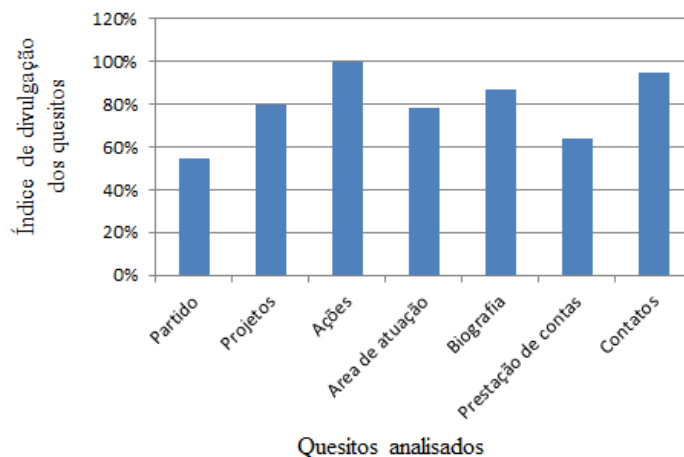
Quadro 10 – Divulgação da página de contatos

Índice de vereadores que divulgam projetos de sua autoria em seus sites			
Sim / percentual		Não / percentual	
43	96%	2	4%

Quadro 11 – Apresentação geral dos quesitos do critério Transparência

Quesitos analisados	Divulgação	
	Sim	não
Partido	25	20
Projetos	36	9
Ações	45	0
Área de atuação	35	10
Biografia	39	6
Prestação de contas	29	16
Contatos	43	2

Gráfico 1 - Percentual de divulgação em relação aos quesitos analisados do critério Transparência. Período: 9 a 14 de novembro de 2014.



Dados sobre o critério Participação e Responsividade

Foram considerados os seguintes quesitos: espaços para os eleitores se pronunciarem; disponibilização de serviço de utilidade pública; e utilização, divulgação e link das redes

sociais digitais. Assim como no critério transparência, esses quesitos referem-se à página principal dos sites dos vereadores.

a) Espaço para os eleitores se pronunciarem no site - Interatividade, participação e engajamento são expressões muito presentes na vida das pessoas conectadas. No Brasil, o acesso à internet já é obtido por mais da metade da população. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2013, o índice atingiu 50,1% contra 49,2% de 2012. Os dados são da Pesquisa nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), conforme noticiou o site Tecmundo¹⁰. Esse pode ser um sinalizador importante aos parlamentares. Dos 45 sites disponíveis, apenas 14 oferecem algum tipo de interação com o eleitor.

Quadro 12 – Espaços nos sites para os eleitores se pronunciarem

Índice de vereadores que disponibilizam espaços para participação dos eleitores em seus sites			
Sim / percentual		Não / percentual	
14	32%	31	68%

b) Disponibilização de serviço de utilidade pública – Neste quesito apenas cinco sites possuem este recurso, conforme se observa no gráfico a seguir.

Quadro 13 – Serviço de utilidade pública

Índice de vereadores que oferecem serviços de utilidade pública em seus sites			
Sim / percentual		Não / percentual	
5	15%	40	85%

c) Uso de redes sociais virtuais - O Facebook é a rede mais divulgada nos sites (41 vereadores), seguida pelo Twitter (32), YouTube (19) e Google+ (2). Os números apresentados correspondem à publicação de links no sites para acesso às redes sociais virtuais mencionadas.

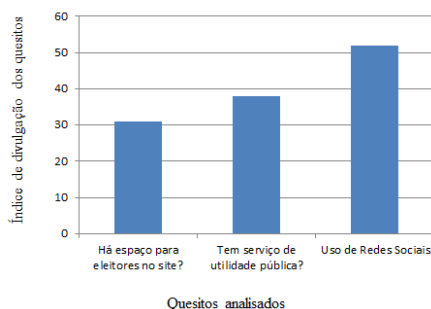
Quadro 14 – Redes sociais digitais

Uso de redes sociais virtuais e divulgação dos links em seus sites				
Redes sociais virtuais	Sim / percentual		Não / percentual	
Facebook	41	91%	4	9%
Twitter	32	71%	13	29%

¹⁰ Tecmundo: <http://www.tecmundo.com.br/brasil/63238-ibge-metade-da-populacao-brasileira-conectada-internet.htm> Acessado em 2/1/2015

Youtube	19	42%	26	48%
Google+	2	5%	43	95%

Gráfico 2 - Percentual de divulgação em relação aos quesitos analisados do critério Participação e Responsividade. Período: 9 a 14 de novembro de 2014.



Considerações finais

Não é possível ainda afirmar que os vereadores de São Paulo estejam fazendo o uso correto das ferramentas tecnológicas oferecidas pela internet. O principal fator que definiria esse “uso correto” seria a satisfação dos eleitores, em sua maioria, na comunicação web com esses parlamentares, o que é bastante subjetivo, pois para isso seria preciso ampliar o universo da pesquisa, desenvolvendo outros estudos. Esta é uma das etapas, as demais podem ser desenvolvidas em continuidade a esta análise ou também por outros pesquisadores focados nos temas relacionados à comunicação política.

O ponto inicial da conclusão desta pesquisa pode estar nas colocações do presidente da Contexto Propaganda, Saint´Clair Vasconcelos (2003, p. 117), de que uma das principais funções da comunicação de governo é definir como a administração será percebida pela população. “Ela tem um papel importante também como conscientizadora do cidadão, quanto aos seus direitos e aos seus deveres”. Vasconcelos (2003) acrescenta ainda que o caráter informativo e mobilizador é agregador a toda a sociedade e envolve serviços, benefícios, prestação de contas, campanhas de mobilização, campanhas de adesão para programas em ações preventivas, entre outros.

O que mais interessa ao eleitor na hora de escolher seu candidato é a proposta de trabalho e a experiência que ele tem. E não é o que se observa, pelos resultados apresentados na pesquisa. A área de atuação, por exemplo, é um item importante para mostrar sua

experiência e para que se compreenda a relação com seu perfil. Nesse quesito, a pesquisa mostra que somente 18% (8 sites) oferecem tal informação.

Quanto à divulgação do partido, 22 vereadores, quase metade do quadro (45%), não informam a sigla em suas homepages. Projetos é outro item que se espera encontrar em qualquer site institucional de um legislador, pois, além de contemplar seu portfolio de atuação, a criação de projetos de lei é a atividade principal da produção parlamentar. Quanto à prestação de contas, dos 45 sites consultados, 16 não divulgam links de seus gastos nas *homepages*. E em relação à abertura para participação do eleitor no site, apenas 14 dão essa condição.

Esses apontamentos, ao mesmo tempo que reforçam o valor da Comunicação Pública como instrumento que permeia a atividade política, mostram como são falhas as estratégias utilizadas pelos parlamentares. E assinalam o baixo grau de importância dado por eles à comunicação e às novas tecnologias, assim como pouco crédito às relações com seus públicos por meio desses canais.

Mesmo que a prática de participação individual não pressuponha uma atuação massiva, como pensa Gomes (2011), é importante haver modelos de democracia que considerem a cultura tecnológica. Gomes (2011) não vê os usuários de internet interessados diretamente em participação política. Mas reconhece que podem participar da política de forma relevante, a exemplo do que houve nas eleições de Barack Obama, em 2008. É possível também, no caso do Brasil, que participem de forma segmentada, acompanhando as votações no Parlamento, participando de manifestações e protestos.

Esse argumento tem relação com as colocações de Canclini (2003, p. 26), para as quais, uma discussão sobre o tipo de sociedade que a comunicação massificada está nos levando não pode se basear em estatísticas de audiência, mas de manifestação de sujeitos onde se favorece sua emergência e interpretação a partir da interação com outros sujeitos.

Criar estratégias de comunicação pública no campo da política requer uma consciência de viver em uma nova era, na qual os novos recursos da técnica e da ciência são apoiados por ideias e conceitos também novos. Do contrário estaríamos vivendo uma globalização

semelhante às anteriores. Vivemos um tempo em que o homem produz sistemas de técnicas a partir de técnicas de informação, que ligam às anteriores, mas asseguram um outro sistema (Santos, 2000, p. 69).

Assim, com simples ferramentas, como os próprios sites institucionais, que nem precisam de recursos tecnológicos tão inovadores, pode-se tratar a comunicação e as relações entre poder público e indivíduo de forma aprofundada, valorizando o cidadão como eleitor e como ator no uso de políticas públicas que, embora refiram-se a ações de governo, como explica Rodrigues (2010), são formuladas e propostas, sobretudo, pelo Parlamento.

Mas a questão final e que traz o desfecho desta conclusão é que, da mesma forma que temos, no Brasil, um sistema democrático que engatinha, dado o cenário da política brasileira apresentado no processo político brasileiro, temos um eleitor também se encontrando nesse contexto. E, como não poderia ser diferente, temos um político que está tentando encontrar seu espaço nesse novo panorama paradigmático, no qual, ele sabe que temas recentes da política brasileira como responsividade e *accountability* devem permear o universo digital. Ou seja, vivemos um grande aprendizado dentro de um universo de informação e conhecimento.

REFERÊNCIAS

BOBBIO, N. **Liberalismo e Democracia**. São Paulo: Brasiliense, 6ª edição, 2000
..... Estado, Governo, Sociedade Para uma Teoria Geral da Política. São Paulo: Paz e Terra, 13ª edição, 2007.

BOBBIO, N. ; MATTEUCCI N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. Brasília-DF: UNB, 1998.
Disponível em:
http://mpassosbr.files.wordpress.com/2013/03/dicionario_de_politica.pdf
Acesso em 02/01/2015

BRANDÃO, E. P. **Comunicação Pública**. São Paulo: Atlas, 2ª edição, 2009

CANCLINI, N. G. **A Globalização Imaginada**. São Paulo: Iluminuras, 2003

CARVALHO, J.M. **A Cidadania no Brasil, o Longo Caminho**. São Paulo: Civilização Brasileira, 14ª edição, 2010.

DUARTE, J. (org.). **Comunicação Pública. Estado, Mercado, Sociedade e Interesse Público**. São Paulo: Atlas, 2ª edição, 2009

..... Disponível em :

<http://pt.scribd.com/doc/60390995/Duarte-Jorge-Comunicacao-Publica#scribd> Acesso em 02/01/2015

FILGUEIRAS, F. **Transparência, publicidade e accountability**. Disponível em:

http://democraciaejustica.org/cienciapolitica3/sites/default/files/transparencia_publicidade_e_accountability.pdf Acesso em 15/11/2014

GOMES, W.; MAIA, R.C.M.; MARQUES, F.P. J.A. (org). **Internet e Participação Política no Brasil**. São Paulo: Ed. Sulina, 2011

How Stuff Works disponível em: <http://pessoas.hsw.uol.com.br/partido-politico.htm> Acessado em 15/11/2014

MARSHALL, T. H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967

O'DONNELL, G. **Teoria Democrática e Política Comparada**. Rio de Janeiro: Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), 1999.

Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52581999000400001&script=sci_arttext
Acesso em 10/01/2015

Pesquisa de Opinião Pública e Política. **Bus Ibope Inteligência**. Agosto/2010. Disponível em: <http://www.amb.com.br/docs/pesquisa/PerfilEleitor-AMB.pdf> (acesso em 24/11/2014)

RODRIGUES, M.M.A. **Políticas Públicas**. São Paulo: Publifolha, 1ª edição, 2010.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização** - do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record, 2000

VASCONCELOS, S. C. Artigo: **O Futuro da publicidade na política de comunicação dos governos. A Comunicação no serviço público: a comunicação nos três poderes**. Organizadores: Eduardo Ribeiro, Marco Antonio Rossi, Paulo Vieira de Lima. Poá. SP: Mega Brasil, 2003